Revista de Cultura da UFPE

Estudo

Texto submetido em: 25 mar. 2021. Aprovado em: 27 maio 2021.

QUINELATTO, Rubia Fernanda; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti; CAMPOS, Rafael Garcia. Redução da maioria penal: o discurso punitivo a jovens autores/as de ato infracional. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 38, n. 1, p. 241-264, jan./jun., 2021.

DOI: 10.51359/2675-7354.2021.249971

ISSN Edição Digital: 2675-7354

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Redução da maioria penal: o discurso punitivo a jovens autores/as de ato infracional

Reducing criminal majority: punitive speech to young authors of infrational act

Rubia Fernanda Quinelatto

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Doutora em Educação

E-mail: rubiafq@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0827-3869>

Willian Lazaretti Conceição

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Doutor em Educação

E-mail: lazaretti@ufpa.br

<https://orcid.org/0000-0001-8143-6524>

Rafael Garcia Campos

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)

Mestre em Saúde Coletiva

E-mail: rafabael@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5836-0645>

Resumo

O Brasil possui altos indicadores de violência, o que tem sido argumento para a sociedade pugnar pelo recrudescimento da lei penal, preconizando um tratamento igualmente violento em relação aos/às autores/as de ato criminal, pela exacerbação das penas. Nesse contexto, dissemina-se a ideia de alteração do artigo 228 da Constituição Federal de 1988, que trata da inimputabilidade do menor de dezoito anos, com a redução da

maioridade penal para dezesseis anos. Tal proposta repercute na mídia hegemônica e no parlamento brasileiro, com o argumento principal de que muitos jovens têm sido *usados* dentro do universo criminal. Todavia, há inconstitucionalidade de qualquer proposta de emenda constitucional que alvitre a redução da maioridade penal. Este estudo foi realizado à luz de Paulo Freire, com análise das políticas públicas e revisões a partir da obra *Pedagogia do Oprimido*. Discute-se o critério etário para a fixação da inimputabilidade, considerando as ações opressoras da sociedade burguesa dominante e a insusceptibilidade de supressão das cláusulas pétreas.

Palavras-Chave: Adolescente. Medidas Socioeducativas. Direitos Humanos. Justiça Social.

Abstract

Brazil has high violence indicators, which has been an argument for society to fight for the resurgence of criminal law, advocating an equally violent treatment to the perpetrators of criminal acts, for the exacerbation of penalties. In this context, the idea of changing Article 228 of the 1988 Federal Constitution, which deals with the non-accountability of persons under eighteen years, with the reduction of the criminal responsibility age to sixteen years, is disseminated. This proposal has repercussions in the hegemonic media and in the Brazilian parliament, with the main argument that many young people have been used by the criminal universe. However, there is unconstitutionality of any proposal for a constitutional amendment that encourages the reduction of the age of criminal responsibility. This study was carried out in the light of Paulo Freire, with an analysis of public policies and revisions based on the work *Pedagogia do Oprimido*. The age criterion for the establishment of *inimputability* is discussed, considering the oppressive actions of the dominant bourgeois society and the *unsusceptibility* of suppression of Entrenchment clauses.

Keywords: Adolescent. Educational measures. Human Rights. Social justice.

Introdução

A inimputabilidade do indivíduo com dezoito anos incompletos abarca discussões de índole política, educacional, constitucional e social, de modo que, com o ineditismo que lhe é peculiar, a Constituição de 1988 retrata expressa previsão acerca desse temário no art. 228, afirmando que “[...] são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (BRASIL, 1988).

No topo das discussões dos movimentos sociais contemporâneos, não se pode negar o quanto a mídia exerce influência sobre opinião pública de massa, muitas vezes desprovida de conhecimentos criteriosos acerca do fato em si.

A maior parte da população possui uma imagem limitada sobre o sistema judiciário brasileiro, o qual é referenciado corriqueiramente pelos problemas e escândalos sobre corrupção e pelas poucas notícias que refletem a realidade do cotidiano regular desse sistema (BARBATO JÚNIOR, 2004). Dessa forma, a pessoa comum não possui conhecimento suficiente para avaliar se a justiça está combatendo de forma eficaz a criminalidade ou se os juízes estão sendo imparciais nas sentenças (SABADELL, 2002).

Concomitantemente, evidencia-se que um crime, ao ser veiculado pela mídia, incita, na população, a necessidade austera e repressiva de penalizar os/as infratores/as. O país percorre na direção emotiva e apelativa da redução da maioria penal, despercebendo que, na realidade, está produzindo adultos criminosos e descumprindo com a missão de educação de seus cidadãos (SILVA JÚNIOR, 2015; POJOMOVSKY; ALENCAR, 2018).

Não se pode negar o quanto a mídia
exerce influência sobre opinião
pública de massa, muitas vezes
desprovida de conhecimentos
criteriosos acerca do fato em si

No entanto, ao passar o tempo do episódio ocorrido, a insatisfação demonstrada pela população é excessivamente diminuída, por vezes caindo no esquecimento. Assim sendo, a inimputabilidade consagrada pela constituinte de 1988, juntamente com outras normativas de proteção da criança e do/a adolescente, tais como idade mínima de dezesesseis anos para admissão ao trabalho, garantia de acesso do/a trabalhador/a adolescente e jovem à escola, dentre outras, estabelecem o sistema constitucional de proteção da criança e do/a adolescente, conforme também preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

Pelo exposto, o sistema legislativo visa proteger a dignidade da criança e do/a adolescente, salvaguardando-os/as de tratamento degradante, incondizente com o tratamento constitucional que lhes fora conferido pela lei (ROVARON, 2020). Destarte, há que se compreender que a submissão de qualquer pessoa ao sistema opressor penitenciário brasileiro, mormente o/a menor, tendo em vista as condições de precariedade a que está submetida a maioria das prisões no Brasil (POJOMOVSKY; ALENCAR, 2018), afronta a dignidade da pessoa humana. Todavia, na prática, os movimentos sociais contemporâneos e as pesquisas científicas deste temário narram o contrário (QUINELATTO, 2015; CONCEIÇÃO, 2020; CAMPOS, 2017). Historicamente, verifica-se a inconsistência

da opinião pública acerca do direito, evidentemente em um país que vigora a máxima segundo a qual seus cidadãos têm a memória curta (BARBATO JÚNIOR, 2004).

Seria desejável que a opinião pública, após amplo processo de reflexão e análise do ser oprimido socialmente, contextualizado dentro de um sistema burguês e opressor, fosse considerado pelos legisladores quando da fundação de leis. Dessa forma, poderiam garantir a efetividade do direito, respeitando as aspirações da população e as regras determinadas pela normalidade jurídica.

Com efeito, algumas indagações são aqui expressas: Como mensurar até que ponto se estabelece a ligação entre a opinião pública e a formação das leis? Quais são os pontos conflitantes e quais os convergentes entre o ideal de justiça do povo e a posição dos especialistas na área penal? Como o ser oprimido socialmente pode participar do processo de estabelecimento legislativo, explicitando sua participação social, dentro de um sistema que não os acolhe, não lhes dá ouvidos e silencia sua voz?

Movimentos sociais contemporâneos, educação e a in/imputabilidade penal

A discussão da redução da maioria penal coloca em debate a (in)eficiência de métodos e instituições designadas para (res)sociação de jovens autores/as de ato infracional. Observa-se a trajetória da antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), desde sua criação em 1969 até o encerramento de suas atividades em 2006. Foram anos marcados por inúmeras fugas, rebeliões, maus tratos aos/às adolescentes, superlotação e medida repres-

sora de punição. A antiga instituição ganhou noticiários dentro e fora do país e inúmeras denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público e a diversas entidades de direitos humanos. Esta, que deveria ser a protetora das normas expressas no ECA, historicamente demonstrou o contrário, e a crise repercutiu na mudança da presidência da instituição, bem como nas novas orientações de gestão (FIDELES, 2012).

A partir de 2006, foi constituída a Fundação Casa, por meio da Lei Estadual nº 12.469/2006, aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo em dezembro do mesmo ano. Não se tratou apenas de uma nova marca, mas de uma grande reformulação nas medidas socioeducativas, com a descentralização do atendimento ao/a adolescente e impacto no corpo funcional. A Fundação Casa empreendeu reformas no conceito pedagógico, qualificando seu quadro funcional e estabelecendo o Plano Individual de Atendimento (PIA), em todos os centros. As famílias dos/as jovens em cumprimento de medidas socioeducativas passaram a ser atendidas e acompanhadas, sendo consideradas peça fundamental no processo de (res) socialização dos/as adolescentes infratores/as.

No Brasil, assim como Argentina, Alemanha, Espanha, Holanda, Itália, Japão e México, o limite para a imputabilidade penal é de 18 (dezoito) anos e, a partir deste marco, os/as adolescentes já respondem como adultos/as, sendo julgados pelo regime comum. Países como Portugal, México, Colômbia, Peru, Croácia e Alemanha, assim como o Brasil, aplicam medidas para (res) socialização do/da adolescente que ainda não atingiu a maioridade penal (SILVA; CALIXTO, 2015).

Vale destacar que há uma diferença entre idade de responsabilidade penal, que no Brasil começa aos 12 (doze) anos, e de idade de imputabilidade penal, que é a maioridade penal propriamente dita, a partir dos 18 (dezoito) anos. No primeiro caso, o/a adolescente passa por regime especial de (res)socialização, denominado como medidas socioeducativas. No segundo caso, responde como se fosse um/a adulto/a e fica submetido/a ao regime comum do código penal (ODON, 2013).

Quando se discute a redução da maioridade penal, faz-se necessário considerar os seguintes aspectos: Quais as condições que permitem averiguar se um indivíduo tem aptidão para ser culpável? Os critérios preconizados pelo ECA são suficientemente adequados para tais avaliações? Para os casos de adolescentes em conflito com a lei, o Estatuto garante a inimputabilidade penal: segundo o artigo 103 do ECA, o ato infracional é uma “[...] conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 228, e o ECA asseguram a inimputabilidade penal a crianças e adolescentes, estabelecendo a maioridade penal aos 18 (dezoito) anos completos, como citado anteriormente, ou seja, de acordo com o ECA os/as adolescentes em conflito com a lei devem receber sanções educativas, pois se compreende que, nessa fase, os mesmos estão em desenvolvimento e não estão aptos a responderem pelos seus atos (BRASIL, 1988; 1990).

Compreende-se que o/a adolescente não pratica “crime”, mas sim “ato infracional” e que tal ação é uma conduta tipificada como crime ou contravenção. O juiz, ao aplicar uma das medidas socioeducativas ao/a adolescente que cometeu ato infracional, está emitindo um decreto condenatório (VIANNA, 2008).

A Lei Estatutária nº 8069/1990, por terminologia, denomina a prisão de adolescente de *apreensão* (arts. 107, 171 e 172). Na prática, não existe diferença entre a prisão e apreensão, a não ser pelo fato de que adultos são presos e adolescentes apreendidos.

Na discussão daqueles/as que apoiam a diminuição da maioria penal, há a justificativa de que o aumento da criminalidade é crescente por adolescentes, desconsiderando a condição de que o/a adolescente é um ser incompleto, é naturalmente antissocial, na medida em que não é socializado ou instruído. O reajuste do processo de formação do caráter deve ser incumbido à educação, não à pena criminal.

Com a legislação de menores recentemente editada, dispõe o Estado dos instrumentos necessários ao afastamento do/a jovem infrator/a, menor de 18 (dezoito) anos, do convívio social, sem sua necessária submissão ao tratamento do delinquente adulto, expondo-o à contaminação carcerária (BARBATO JÚNIOR, 2004).

Diminuir a maioria penal é apenas uma medida paliativa e imediatista que não trará mudanças radicais no sistema; apenas a competência jurisdicional será alterada, permitindo que um/a adolescente possa ser apreendido nas mesmas condições de um adulto (MACHADO, 2011; BARBATO JÚNIOR, 2007).

Segundo Gomes (2013, n. p.), “[...] se os presídios são reconhecidamente faculdades do crime, a alocação dos adolescentes neles só teria um significado: iríamos mais cedo prepará-los para integrarem o crime organizado”. É esse propósito socioeducativo que parece inexistir nessa nova proposta de redução de imputabilidade penal, uma vez que, reduzindo a idade para a submissão ao Código Penal, os/as adolescentes que cometeram ato infracional estarão sujeitos às sanções penais, as quais, na maioria das vezes,

são apenas privativas de liberdade e se cumprem no desordenado e desumano sistema carcerário brasileiro.

Na prática, um/a adolescente pode ser apreendido como um adulto. É provável que o sistema atual de medida socioeducativa seja falho, mas, de modo algum, sugere, induz ou aceita a irresponsabilidade do/a adolescente. As normas que não carregam em sua essência a capacidade para honrar o ser humano se transformam em normas ilegítimas, quando não ilegais.

Vianna (2008, p. 13), afirma que “[...] o desrespeito à dignidade humana contido nas propostas de redução da idade penal representa mais uma tentativa de manipular valores, de espoliar direitos e de desumanizar as pessoas”.

O sistema prisional brasileiro é o quarto do mundo com o maior número da população carcerária, tendo sofrido, nas últimas duas décadas, um aumento de 575%. O aumento de presos está fora de qualquer padrão já verificado.

Para contextualizar o sistema prisional brasileiro no mundo: em primeira colocação, temos os Estados Unidos, com uma população prisional de 2.228.424, em segundo, a China, com 1.657.812, e em terceiro lugar, a Rússia, com 673.818 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

A superlotação, que vem acompanhada de maus-tratos e violências entre presos, e ainda, em algumas situações, da total perda de controle por parte do Estado, associada ao aumento da violência em todo território nacional, pode levar ao fracasso do sistema, com reflexo negativo não apenas para população carcerária, mas para toda a sociedade (FREITAS, 2012).

O artigo 88 da Lei de Execução Penal (LEP) estabelece que o cumprimento da pena se dê em cela individual, com área mínima de

seis metros quadrados, e o seu artigo 85 diz que deve haver compatibilidade entre a estrutura física do presídio e a sua capacidade de lotação (BRASIL, 1984).

Segundo Arruda (2011), o desfecho de um sistema precário impede que possa existir qualquer tipo de ressocialização e atendimento à população carcerária, o que gera forte tensão, violência e constantes rebeliões. Pelo exposto, será que, para a sociedade, os encarcerados não passam de lixo humano? Como falar de (res) socialização em um ambiente hostil que, por meio dos dados quantitativos de repreensão física, demonstra não respeitar a dignidade humana?

Será que, para a sociedade, os encarcerados não passam de lixo humano?

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014), o perfil da maioria das pessoas presas é de jovens negros, de baixa escolaridade e de baixa renda. Além da construção de novas vagas para o sistema prisional, em relação ao qual, nos últimos anos, o Governo Federal fez investimento recorde de mais de R\$ 1,1 bilhão, é necessário analisar também a qualidade das prisões efetuadas e o perfil das pessoas que têm sido encarceradas para que aconteça uma verdadeira melhora no sistema.

Em junho de 2014, a população prisional brasileira era de 607.731. Atualmente existem 300 presos por cada 100 mil habitantes no Brasil, com um déficit de 231.062 vagas. Destaque para o

estado de São Paulo, com o maior número de pessoas privadas de liberdade, com 219.053, montante que representa cerca de 36% da população prisional do país (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Constata-se que cerca de 41% das pessoas privadas de liberdade estão detidas sem condenação, a mesma proporção de pessoas em regime fechado, gerando, assim, um acúmulo e lentidão nos julgamentos, além de um sistema caótico com superlotação.

Não tem como falar de socialização sem educação. A Lei de Execução Penal, em seu artigo 10, prevê que é dever do Estado fornecer à pessoa privada de liberdade assistência educacional, com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade (BRASIL, 1984). Este direito à assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional da pessoa privada de liberdade, devendo o Ensino Fundamental ser obrigatório.

Para além disso, é interessante perceber ainda que os dados sobre pessoas que realizam atividade educacional apresentam uma forte inconsistência, posto que apenas uma em cada dez pessoas privadas de liberdade realiza atividade educacional no país (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

O/a oprimido/a social: uma discussão freireana acerca da redução da maioria penal e os coletivos sociais

Historicamente o Brasil é um país que oprime política, econômica e socialmente sua população, incluindo crianças e adolescentes que fazem parte desse contingente e guerreiam pela sobrevivência, com seus direitos negados. Verifica-se que, de fato, nunca foi implementado o ECA e observa-se, cada vez mais disseminado, o encarceramento da população jovem, pobre, feminina e negra, ou seja, os coletivos sociais.

É notório que, em âmbito legislativo, os direitos e garantias individuais fazem parte de um núcleo temático que incide na Constituição Federal, nomeado de “cláusula pétrea”, que são uma determinação imutável contida na Constituição Federal, não permitindo qualquer alteração, nem mesmo por “emenda constitucional”. Caso queira-se modificá-las, seria por meio de uma nova Assembleia Constituinte, na construção de uma nova constituição (DAMASCENO; LEAL, 2014).

Como estrutura descrita no parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição Federal (CF) de 1988:

A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Em seu Artigo 5º, a CF defende que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos/às brasileiros/as e aos/às estrangeiros/as residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Afirma Moraes (2005, p. 40) que:

O atual texto constitucional determina que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais. Tais matérias formam o núcleo intangível da Constituição Federal, denominado tradicionalmente por “cláusula pétrea” (MORAES, 2005, p. 40).

Podemos, então, considerar a redução da maioria penal inconstitucional, por se tratar de um direito individual dos menores de 18 anos, como cláusula pétrea?

O/a adolescente deve ser o foco de um conjunto de medidas socioeducativas que o/a ajude na sua formação, de maneira que venha a se tornar um/a cidadão/ã autônomo/a e solidário/a, capaz de se relacionar bem consigo mesmo/a e com todos ao seu redor e sem reincidir na prática de atos infracionais (BRASIL, 2006).

A proposta das medidas socioeducativas está fundamentada na premissa de que o processo socioeducativo não pode desenvolver-se em situação de isolamento do convívio social. Nesse sentido, toda medida, principalmente a de privação de liberdade, deve ser aplicada somente quando for indispensável, dentro dos limites da lei e pelo menor tempo possível, uma vez que implica em limitações de direitos e sua duração não pode exceder a decisão judicial (BRASIL, 2006).

O objetivo da medida é possibilitar a inclusão social e, especialmente, seu pleno desenvolvimento como pessoa. Para assegurar a garantia do direito à segurança e à integridade física e mental do/a adolescente privado/a de liberdade, fica responsável o Poder Público por adotar as medidas que forem necessárias para que tais garantias sejam de fato respeitadas.

Destaca-se, também, a importância do envolvimento do governo, da comunidade, da educação e da família para compor ações e ajudar na ressocialização desse/a adolescente e para distanciá-lo/a dos reais motivos que o/a levaram a cometer o ato infracional, privando-o/a de sua liberdade.

No que tange à educação, a contribuição freireana é condição para o trato pedagógico com adolescentes autores/as de ato infracional. O que comumente acontece é pensar que, nessa proposta educativa, Paulo Freire propõe que os conteúdos sejam desprezados, que não há compromissos e obrigações, em contrapartida a uma supervalorização do diálogo livre e sem propósito. Todavia, isso não ocorre, pois ambos caminham juntos e buscam o desvelamento crítico do mundo a que estão inseridos, haja vista ser no diálogo ético e horizontal, sem opressores e oprimidos, que emergem os conteúdos necessários à educação, por meio dos temas geradores, que fazem da prática educativa – formal ou não formal, como em um programa de medidas socioeducativas – uma prática política.

Portanto, ao investigar o contexto de jovens autores/as de ato infracional, os/as educadores/as e os/as educandos/as, realizam o que Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2005), denomina de investigação do *universo temático*, identificando os *temas gera-*

dores que deverão ser contemplados no diálogo horizontal entre os pares.

Evidencia-se, assim, que a conscientização do mundo é tarefa social, mas especialmente dos/as professores/as progressistas, que ensinam competentemente os conteúdos, de forma a desvelar o mundo da opressão, uma vez que as pessoas se educam entre si no interior das práticas sociais das quais participam. “Nem conteúdo só, nem desvelamento só, como se fosse possível separá-los, mas desvelamento do mundo opressor através do ensino dos conteúdos” (FREIRE, 2001, p. 28). Nesse processo educativo, como pensar que a redução da maioridade penal possa ser concebida, sendo que os/as jovens ainda estão em formação humana e política? O processo de construção das ideias ainda não está pronto e, para jovens pobres, muitas vezes, não foi sequer iniciado.

Faz-se necessário, portanto, intensificar a luta pela Educação Popular proposta por Freire, especificamente em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2005), em todos os contextos, inclusive nos programas de medidas socioeducativas, superando a neutralidade educacional e passando a exercer uma prática educativa política que parta da leitura do mundo para realizar a leitura da palavra, permitindo ao ser humano a possibilidade de se tornar sujeito consciente de suas escolhas, emancipando-o socialmente.

Assim, o que nos propomos enquanto pesquisadores/as é a construção de conhecimentos em relação aos/às jovens autores/as de ato infracional, a fim de que as discussões da redução da maioridade penal cessem e abram espaço para discutir novas frentes de diálogos e conhecimentos ofertadas a tais jovens e aos coletivos sociais.

No que tange à manutenção do diálogo libertador do ser oprimido, ou seja, à estruturação das relações dialógicas, pressupõe-se que haja esperança, que, apesar de difícil de ser mantida, se faz necessária, posto ser aquilo que nos move e nos impulsiona na busca pelas relações justas e igualitárias. Ao contrário disso, quando há imposição de uma opinião – ação vertical – pela força da hierarquização, o diálogo não existe. Nesse contexto, Freire (2005) sinaliza que não há diálogo sem humildade, confiança, esperança e amor, declarando, por sua vez, que “[...] dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens” (FREIRE, 2005, p. 90).

Propiciar autonomia intelectual
é uma das finalidades da ação
educativa, que pode ser alcançada
através do diálogo proposto pela
educação libertadora ligada à
coerência e à ética, visando a
responsabilidade social

Freire (2001, p. 25) apresenta a prática educativa libertadora como socialmente transformadora, para um mundo mais humano e humanizador, sobretudo ao dizer que “É preciso assumir realmente a politicidade da educação. [...] Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem pratico”.

Propiciar autonomia intelectual é uma das finalidades da ação educativa, que pode ser alcançada através do diálogo proposto pela educação libertadora ligada à coerência e à ética, visando a responsabilidade social. Por sua vez, a cultura alienada caminha contra a libertação, em favorecimento dos opressores, com consequências ao ser oprimido, sujeito à dominação.

Para além da redução da maioria penal, emergem, diante das considerações apresentadas, algumas reflexões, pondo em relevo questões como: de que forma as pessoas, em especial os/as jovens, se educam e como isto se configura como um processo formador de identidades a partir das práticas sociais nas quais estão inseridos/as? Daí a importância de nossas ações, como pesquisadores/as e educadores/as, uma vez que nossas atitudes podem gerar alienação ou desalienação (CONCEIÇÃO, 2020) e, portanto, podem contribuir para o processo de libertação – ou não – dos grupos/coletivos oprimidos socialmente.

A busca pela liberdade e libertação da opressão deve pautar-se na tomada de consciência, bem como no desejo de torná-la realidade. Vivenciamos, porém, uma relação oposta: a relação de opressor e oprimido, na qual a liberdade é negada por relações sociais injustas, as quais, por sua vez, negam a humanização. Todavia, o que fazemos para libertarmos uns aos outros?

A busca pela liberdade e libertação
da opressão deve pautar-se na
tomada de consciência, bem como
no desejo de torná-la realidade

O desafio proposto neste estudo é pensar a libertação em ambientes em que a liberdade é vigiada. A liberdade assistida é condição de vida que os jovens vivenciam quando em conflito com a lei, entretanto esta condição é passageira: em algum momento, esses jovens terão que retornar ao convívio social opressor e preconceituoso, especialmente quando se está inserido nos coletivos sociais. Diante disso, como pensar este convívio sem compreender que a liberdade está primeiramente na tomada de consciência da própria liberdade?

Freire (2005, p. 7), discutindo o real papel da conscientização para uma educação libertadora, diz que “[...] a ‘educação como prática da liberdade’ postula, necessariamente, uma ‘pedagogia do oprimido’”. Assim, aquele que está comprometido com a libertação dos homens jamais se deixa aprisionar em “círculos de segurança” propostos pelos opressores, visto que eles também aprisionam a realidade e geram alienação (FREIRE, 2005).

Considerações finais

A análise aqui apresentada postula que a educação deve ser vista como construção do presente e do futuro, um processo contínuo de formação política e humana, que pressupõe a emancipação social do indivíduo como ser pensante, portador de direitos e também de deveres.

Liberdade, autonomia, esperança e superação da opressão são alguns conceitos/noções discutidas e postuladas na obra freireana, a reflexão sobre esses conceitos podem oferecer à população condições mínimas para agir e pensar por si mesma, de modo a construir

coerência entre teoria e prática em meio aos desafios enfrentados na tomada de escolhas pessoais.

Pelo exposto, nós, pesquisadores/as, concluímos que não se deve reduzir a maioria penal, visto que tal proposta contraria a Doutrina da Proteção Integral difundida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o ECA, de modo que ambas as leis vão contra a possibilidade de redução da maioria penal.

É questionável, portanto, se essa mesma sociedade burguesa e excludente dos coletivos sociais é favorável à redução da maioria penal, mesmo considerando que, em um futuro breve, os jovens dessa mesma camada socioeconômica poderão ser igualmente apreendidos, em razão de brigas ocorridas na saída das escolas, de discussões com docentes e colegas dentro do colégio ou fora dele, de colocações infelizes nas redes virtuais, em razão ainda de porte/uso de drogas ou até mesmo de uma condução veicular desprovida da documentação apropriada. O fato é que tal sociedade vislumbra uma proposta de redução altamente seletiva da maioria penal, punindo tão somente os jovens pobres.

Referências

ARRUDA, S. N. de. Sistema carcerário brasileiro: a ineficiência, as mazelas e o descaso presente nos presídios superlotados e esquecidos pelo poder público. *Revista Visão Jurídica*, São Paulo, v. 59, abr. 2011.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. Redução da maioria penal: entre o direito e a opinião pública. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 822, p. 429-443, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. *Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. *Lei n.º 7.210, de 11 julho de 1984*. Institui a lei de execução penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 2 jun. 2021.

BRASIL. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 1 mar. 2021.

CAMPOS, Rafael G. *Auto-organização na construção de projeto de vida pelo adolescente em ressocialização*. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual Paulista, Botucatu, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/149946>. Acesso em: 2 jun. 2021.

CONCEIÇÃO, W. L. da. A ação pedagógica com jovens infratores: uma narrativa (auto)biográfica de um professor-pesquisador de educação física. *Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (Refise)*, Limoeiro do Norte, v. 3, n. 1, p. 99-115, 2020.

DAMASCENO, Henrique F.; LEAL, Pedro V. A redução da maioria penal. *Revista Perspectiva Jurídica* (FGF), Fortaleza, v. 1, n. 8, jul./dez. 2014.

FIDELES, Nina. De Febem a Fundação Casa. *Revista Fórum*, Porto Alegre, 27 jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2012/06/27/de-febem-a-fundacao-casa>. Acesso em: 1 jan. 2017.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho D'Água, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Sueli de. Superlotação é grave problema nos presídios brasileiros. *Portal EBC*, [s. l.], 10 dez. 2012. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2012/12/superlotacao-e-grave-problema-nos-presidios-brasileiros>. Acesso em: 2 jun. 2021.

GOMES, Luiz F. Preservar o ECA, mas com a razoabilidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1511200309.html>. Acesso em: 2 jun. 2021.

LOCHE, Adriana A.; LEITE, Antonio J. M. Redução da imputabilidade penal: Ineficácia social e impossibilidade constitucional. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 10, n. 37, p. 253-260, jan./mar. 2002.

MACHADO, Dinair F. *Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6674?show=full>. Acesso em: 2 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* (INFOPEN). Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em: 2 jun. 2021.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ODON, Tiago I. Maioridade Penal: Breves Considerações. *Boletim do Legislativo nº 13*. Brasília: Senado Federal, 2013 Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/boletim-no-13-de-2013-maioridade-penal-breves-consideracoes>. Acesso em: 2 jun. 2021.

POJOMOVSKY, Ivan; ALENCAR, Eduardo de. Compreendendo as prisões brasileiras. *Estudos Universitários: revista de cultura, UFPE*, v. 35, n. 1/2, p. 16-25, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/issue/viewIssue/2996/282>. Acesso em: 3 mar. 2021.

QUINELATTO, Rubia F. *O Programa de medidas socioeducativas em meio aberto: educação ou reprodução do aprendizado da rua?* 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

ROVARON, Marília. Os Ninguéns. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 20, n. 222, p. 225-233, 7 jun. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/51730/751375150171> Acesso em: 23 mar. 2021.

SABADELL, Ana L. *Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito*. 2 ed. São Paulo: RT, 2002.

SILVA JÚNIOR, Roberto da. Prisão, redução da maioridade penal e educação: uma possibilidade de análise na perspectiva foucaultiana. In: VASCONCELOS, J. G.; FERREIRA, T. M. da S.; SILVA JÚNIOR, R. da (orgs.). *Foucault, educação e os construtos de uma sociedade*. Fortaleza: Gráfica e Editora Imprece, 2015, p. 127-144.

SILVA, Vanessa M.; CALIXTO, Dodô. Como funciona a maioridade em Cuba, Irã, EUA e outros países. *Pragmatismo Político*, João Pessoa, 29 maio 2015. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/05/como-funciona-a-maioridade-penal-em-cuba-ira-eua-e-outros-paises.html>. Acesso em: 1 jan. 2017.

VIANNA, Guaraci de C. Incapacidade Penal (inimputabilidade) do menor de 18 anos ou Imputabilidade Infracional Juvenil? *Banco do Conhecimento TJERJ: Âmbito Jurídico*, Rio de Janeiro, 17 jul. 2008. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=9b895118-76b3-46e0-929c-2dc539f1d1f8&groupId=10136. Acesso em: 2 jun. 2021.